



**Informação nº:** 189/2022 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 20 de agosto de 2022.

**Processo nº:** 23.552/2016.  
**Jurisdicionada:** Corpo de Bombeiros Militar do DF - CBMDF.  
**Processo GDF:** 480.000.577/2015 (e-DOCs 26B7EE68, 73583F11, AA7E7C1C e A0DEF220) e 053.002.335/2014 (e-DOC 91AA2F6C).  
**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE.  
**Valor envolvido:** R\$ 585.430,78<sup>1</sup>  
**Ementa:** TCE. CBMDF. irregularidades na execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 010/2007-CBMDF (FUNIVERSA x CBMDF). Decisão nº 3006/2019: citações e audiência. Decisão nº 2026/2021: extinção do feito, sem resolução de mérito para um responsável devido a seu óbito; revelia da FUNIVERSA e do chamado em audiência; julgamento irregular das contas da Fundação e notificação para recolhimento do débito; aplicação de multa ao outro responsável, notificação. Acórdãos nºs. 191/2021 e 192/2021. Nesta fase: medidas para desconto em folha do valor da multa; medidas de cobrança judicial do valor do débito. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo CBMDF nos autos do Processo nº 480.000.577/2015 com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 010/2007-CBMDF firmado com a Fundação Universa – FUNIVERSA.

2. Na última assentada, a Corte de Contas, via Decisão nº 2026/2021, de 26/05/2021, deliberou (e-DOC 28B1F275-e, peça 86):

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – tomar conhecimento: a) do peticionamento formulado pelo representante legal do Sr. Marco Aurélio Vieira (...) requerendo, em relação ao representado, a extinção do feito, sem*

---

<sup>1</sup> Valor original em 23/11/2016, fl. 41\*.

\* Vol I – Processo nº 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).



*resolução de mérito, em razão de seu falecimento, conforme certidão de óbito de e-DOC F1CBF905-e (...);*

*II – deferir o pleito a que alude o item I.a e, por conseguinte, considerar regularmente encerrada em relação ao Sr. Marco Aurélio Vieira, a TCE objeto do Processo n.º 480.000.577/2015, ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo;*

*III – considerar revéis, para todos os efeitos, a Fundação Universa e o Sr. Francisco Carvalho Rodrigues, (...) em razão da não apresentação de alegações de defesa e razões de justificativa, respectivamente, nos termos delineados no item II da Decisão n.º 3.006/2019;*

*IV – julgar irregulares as contas da Fundação Universa - Funiversa, em razão da execução do Contrato de Prestação de Serviços n.º 010/2007-CBMDF, de modo diverso dos termos que fora contratado pela Administração Pública, dando margem à ocorrência das impropriedades detalhadas na Matriz de Responsabilização (...);*

*V – determinar, com base no art. 26 da Lei Complementar n.º 01/1994, a notificação da entidade responsável mencionada no item IV retro, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito, no valor de R\$ 663.706,49 (atualizado em 21.01.2019), autorizando, desde já, a aplicação do disposto no art. 29 da referida Lei Complementar, caso não haja manifestação da interessada;*

*VI – aplicar ao Sr. Francisco Carvalho Rodrigues a multa prevista no art. 57, inciso II, da LC n.º 01/1994, no valor de R\$ 1.739,13, em decorrência de haver abonado as folhas de frequência de sua irmã (...), mesmo sabendo do seu não comparecimento ao local da prestação do serviço; (...) (grifamos)*

3. Foram expedidos os Acórdãos n.ºs. 191/2021 e 192/2021 (e-DOC's 5AB6D045-e e 8CD747AB-e, peças 87 e 88) e os responsáveis foram devidamente notificados de seu teor:

a) Fundação Universa: em 13/04/2022<sup>2</sup>, na pessoa de seu responsável registrado na Receita Federal do Brasil (e-DOC 4FD0D826-c, peça 99).

<sup>2</sup> Importante ressaltar o explicado pelo SESAP – Serviço de Expedição de Mandados quando da entrega da notificação:

“O Serviço de Expedição de Mandados pesquisou dados de endereço e telefone do Destinatário em todos os sistemas que dispõe (e-TCDF-Sistema Eletrônico de Processos, SERPRO-Receita Federal, e GETRAN-Sistema de Trânsito do Detran-DF).

O Semand efetuou diversas tentativas de entrega do expediente ao Destinatário. Efetivou 5 tentativas pessoalmente, mediante Servidor, e outras 5, pelos Correios.

Todas restaram infrutíferas.

Em 01/04/2022, o expediente foi enviado por AR MP, para o endereço 2, QI 24 LOTE 01 A 13 APART 1808, TAGUATINGA, ocasião em que o expediente foi recebido em 11/04/2022, por Leylanne Lima, auxiliar administrativo do Condomínio Top Life Miami Beach.

Posteriormente, em contato com a Administração do Condomínio Top Life Miami Beach, foi informado que o AR JH864114210BR foi retirado pela Sra. RENATTA RODRIGUES SOUTO ROCHA,

\* Vol I – Processo n.º 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).



b) Sr. Francisco Carvalho Rodrigues: em 08/10/2021 (e-DOC CB272EB0-c, peça 98).

4. Ultrapassado o prazo consignado no *decisum*, os responsáveis não comprovaram o recolhimento do valor do débito e da multa que lhes foi aplicado e nem solicitaram parcelamento dos valores.

5. Quanto ao Sr. Francisco Carvalho Rodrigues, em consulta efetuada no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, verificou-se que possui vínculo com o Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBMDF. Desse modo, esta SECONT encaminhou documentação ao CBMDF para implementação do desconto do valor da multa em folha de pagamento, conforme informado no Ofício nº 161/2022 - SECONT (edoc 70503C0B-c, peça 102), cujo valor atualizado até 20/07/2022 é de R\$ 1.929,74:

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Juros	Data C. M.	C. Monetária	Multa	Juros até 2019	Juros após 2019	Valor Corrigido
26/05/2021	R\$ 1.739,13			20/07/2022	R\$ 190,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.929,74
TOTAL					R\$ 190,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.929,74

6. Por sua vez, o CBMDF informou a implementação dos descontos (edoc 9D3A6999-c, peça 106).

7. Desse modo, no que tange ao Sr. Francisco Carvalho Rodrigues, não restam outras providências e a quitação deverá ser acompanhada e controlada pela Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE, devendo haver o encaminhamento da decisão que vier a ser proferida, da Decisão nº 2026/2021 e do Acórdão nº 191/2021 a esse setor para as medidas de sua alçada.

8. Quanto à Fundação Universa – FUNIVERSA, considerando o item V da Decisão nº 2026/2021, que autorizou a aplicação do art. 29 da LC nº 01/1994, esta SECONT enviou o Ofício nº 163/2022 – SECONT (e-DOC B8637526-c, peça 101) ao

---

**CPF 049.192.791-67, esposa do Destinatário, em 13/04/2022, conforme verificação no sistema do Condomínio.**

Diante do exposto, considerando o disposto no Art. 165, Inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, esta Unidade encaminha o expediente a SECONT, com as respectivas guias de pesquisa e recebimento do documento, em anexo, para devida análise e providências". (grifamos)

\* Vol I – Processo nº 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).



Ministério Público junto ao TCDF para a cobrança judicial do débito imputado (e-DOC 55A2CD86-c, peça 104).

9. Com o objetivo de informar a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF acerca da cobrança executiva do débito relativo ao item V da Decisão nº 2026/2021 e ao Acórdão nº 192/2021, de 26/05/2021, temos a informar o que segue nos parágrafos seguintes:

a) **Valor original do débito:** R\$ 585.430,78, em 23/11/2016.

a.1) Valor atualizado em 26/05/2021: R\$ 721.749,21.

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Juros	Data C. M.	C. Monetária	Multa	Juros até 2019	Juros após 2019	Valor Corrigido
23/11/2016	R\$ 585.430,78			26/05/2021	R\$ 136.318,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 721.749,21
TOTAL					R\$ 136.318,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 721.749,21

b) **Data da ocorrência dos fatos e descrição sucinta:** execução aquém do pactuado no Contrato de Prestação de Serviços nº 010/2007 - CBMDF, na medida em que recebeu por serviços sem a prestação equivalente, referentes a curso de língua inglesa e a serviços de apoio pedagógico por parte da Sra. Josinete Carvalho Rodrigues Baia e, ainda, subcontratou serviços sem autorização contratual, gerando danos ao erário, no período de 26/01/2009 a 08/11/2011;

c) **A data em que foi instaurado processo ou adotadas medidas para apurar a infração cometida pelo devedor:** TCE instaurada via Portaria de 13 de setembro de 2016 do Comandante Geral do CBMDF (fl. 212 do e-DOC A0DEF220);

d) **Se houve a interposição de recurso com efeito suspensivo. Em caso positivo, quais devedores recorreram e quais itens da decisão em tela tiveram seus efeitos suspensos:** não houve apresentação de recurso;

e) **A data em que o processo/procedimento terminou, ou seja, a data em que ocorreu a formação da coisa julgada administrativa (31º dia a partir do recebimento da notificação):** a Fundação Universa – FUNIVERSA foi notificada do teor da Decisão nº 2026/2021, em 13/04/2022, tendo sido o expediente enviado por AR MP e recebido no endereço de morada do responsável pela Fundação, nos termos do art. 165, inciso II do RITCDF. Assim, em 14/05/2022 ocorreu a formação da coisa julgada administrativa.

\* Vol I – Processo nº 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).



f) **Se todos os recursos com efeito suspensivo contra a Decisão nº 2026/2021 foram analisados:** não houve apresentação de Recurso com efeito suspensivo.

g) **Se algum devedor requereu o parcelamento do valor. Em caso positivo, se eles estão adimplentes e quantas parcelas foram pagas:** Não houve pedido de parcelamento do valor do débito.

h) **Se há indícios do cometimento de infração penal e/ou ato de improbidade administrativa por parte dos devedores:** Relativamente à eventual existência de indícios de cometimento de infração penal e/ou ato de improbidade administrativa, registramos que o Parágrafo único do art. 246 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal dispõe que: “Ao constatar indícios de crime de ação pública ou de atos de improbidade administrativa, em processos que lhe forem submetidos, o Tribunal encaminhará à Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios cópias dos documentos necessários à instauração de processo criminal”. Nesse sentido, temos a informar que no curso do Processo nº 23552/2016 não houve comunicação desta Corte àquela Procuradoria.

10. Dessa forma, quanto à Fundação Universa – FUNIVERSA, não restam outras providências a serem adotadas pela Corte de Contas.

## DAS SUGESTÕES

11. Ante o exposto sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento:

a) da implementação do desconto do valor da multa aplicada pela Decisão nº 2026/2021 e pelo Acórdão nº 191/2021 em relação ao Sr. Francisco Carvalho Rodrigues (CPF nº 512.092.091-87) (Ofício 161/2022 – SECONT, edoc 70503C0B-c) pelo Corpo de Bombeiro do Distrito Federal – CBMDF (edoc 9D3A6999-c);

b) do Ofício nº 163/2022 – SECONT (e-DOC B8637526-c), encaminhado ao Ministério Público junto ao TCDF para a cobrança judicial do débito aplicado à Fundação Universa – FUNIVERSA pela Decisão nº 2026/2021 e pelo Acórdão nº 192/2021, em face da execução aquém do pactuado no Contrato de Prestação de Serviços nº 010/2007 - CBMDF, na medida em que recebeu por serviços sem a prestação equivalente, referentes a curso de língua

\* Vol I – Processo nº 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).



inglesa e a serviços de apoio pedagógico por parte da Sra. Josinete Carvalho Rodrigues Baia e, ainda, subcontratação de serviços sem autorização contratual, gerando danos ao erário, no período de 26/01/2009 a 08/11/2011, no valor de R\$ 721.749,21, atualizado em 26/05/2021;

II. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da decisão que vier a ser prolatada, da Decisão nº 2026/2021 e do Acórdão nº 191/2021, à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais para acompanhamento da quitação da multa aplicada ao responsável nominado no item I.a;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de praxe e posterior arquivamento.

À superior consideração.

De acordo com o analisado na Informação nº 189/2022 – SECONT/3ªDICONTE, envio os autos à superior consideração do Secretário de Contas.

Diretor

3ª Divisão de Contas

\* Vol I – Processo nº 23552/2016 (e-DOC CB022AF6-e, peça 47).